

APRESENTAÇÃO

Ernani ODA*

Os artigos que compõem este dossiê são resultado das atividades do Grupo de Estudos sobre Pensamento Japonês na Universidade de São Paulo sob a coordenação de Neide Hissae Nagae, que inclui também pesquisadores de diferentes universidades no Brasil e no Japão. O grupo se formou inicialmente a partir de reflexões sobre a literatura japonesa, tendo em vista a importância do contexto intelectual na produção literária, uma vez que toda obra é influenciada por certas formas de pensamento, ao mesmo tempo em que desenvolve e dissemina novas ideias ou mesmo ideologias. A partir desse foco literário, porém, os interesses do grupo foram se ampliando, dada a evidente importância de reflexões sobre pensamento japonês não apenas para a literatura, mas também para os mais diversos aspectos da sociedade japonesa. Com isso, passaram a integrar o grupo pesquisadores que atuam, por exemplo, em psicologia, filosofia, história e sociologia. Os trabalhos que compõem este dossiê refletem essa expansão de perspectivas.

Uma primeira dificuldade nos estudos sobre pensamento japonês é que, embora possa parecer natural indagar sobre o tipo de pensamento que está por trás de uma obra literária, de certas práticas e instituições sociais, ou então de algum movimento político, qualquer investigação nesse sentido corre o risco de cair na armadilha essencialista de procurar – e, pior, encontrar – uma mentalidade tipicamente japonesa que supostamente governaria as vidas dos japoneses em todos os seus aspectos desde os tempos mais remotos até o presente. Entre as décadas de 1960 e 1990, por exemplo, quando muitas pessoas dentro e fora do Japão tentavam explicar o fortalecimento econômico japonês da época, houve uma proliferação desse tipo de discurso, conhecido como *nihonjinron*.

Nas últimas décadas, essa visão vem sendo fortemente criticada (e.g. BEFU, 2001; YOSHINO, 1992), e ao menos no meio acadêmico parece haver uma vigilância maior com relação a essencialismos culturais, não apenas nos estudos sobre o Japão, mas nas humanidades e ciências sociais em geral. Porém, no caso de pesquisas sobre pensamento japonês, há um problema de fundo adicional que merece atenção: a própria expressão “pensamento japonês”, embora de uso corrente tanto em pesquisas acadêmicas como em publicações para o público em geral, tem um histórico controverso, que tradicionalmente parece reforçar visões essencialistas sobre a cultura japonesa.

O termo usado para designar “pensamento”, no sentido mais restrito de um sistema de ideias, é *shisō* (思想). Embora a combinação dos caracteres de *shisō* já existisse antes do século XIX, eles eram até então utilizados muito raramente, tanto na China como no Japão. É a partir do período Meiji (1868-1912), que a expressão *shisō* passa a aparecer com mais frequência, até que no período Taishō (1912-1926) o termo *nihon shisō* – ou seja, pensamento japonês – torna-se bastante popular (KUROZUMI, 2013).

* Unifesp - Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Guarulhos - SP - Brasil. CEP 07252-312 - ernanioda@yahoo.com.br

Os pioneiros na difusão da nova expressão eram autores budistas, que tinham como uma de suas principais preocupações refletir sobre a compatibilidade entre o budismo, que era visto como uma religião estrangeira, e o pensamento tido como propriamente japonês ou autóctone (KLAUTAU, 2017). A noção de pensamento japonês já surge, portanto, pressupondo uma essência japonesa, com a qual elementos estrangeiros poderiam eventualmente entrar em conflito. Não por acaso nessa época a expressão *nihon shisō* se populariza juntamente com outros termos como *nihon seishin* – espírito japonês (KUROZUMI, 2013).

Mas gradualmente essa preocupação com o espírito ou a essência japonesa passa a se voltar para o contraste não tanto com o budismo, mas com o “ocidente”. E dessa comparação começa a se formar aqui uma questão que permanece problemática até os dias atuais, a saber, a oposição entre “pensamento” e “filosofia”. A partir do período Meiji, aumenta a circulação de textos de filósofos ocidentais no Japão, o que também dá ensejo à criação de uma palavra para nomear o trabalho desses autores: *tetsugaku* (哲学), que é a palavra ainda hoje usada para traduzir “filosofia”. O termo acaba inclusive sendo exportado para a China. No entanto, enquanto na China os caracteres de *tetsugaku* passam a ser usados de maneira mais abrangente, referindo-se também a autores chineses como Confúcio, no Japão muitos preferiram reservar a expressão *tetsugaku* para autores ocidentais, usando para os autores japoneses e o estudo de suas obras o termo *shisō*, o que poderia sugerir uma incompatibilidade entre os dois tipos de atividade intelectual (FUJITA, 2018).

Essa atitude reflete em parte o contexto japonês do fim do século XIX e começo do século XX, quando vitórias militares contra a China em 1895 e contra a Rússia em 1905 estiveram associadas ao aumento de discursos de orgulho nacional e de ênfase numa mentalidade tida como especificamente japonesa (KANO, 1999). Mais do que isso, o próprio governo japonês ajudou a institucionalizar essa oposição entre pensamento (japonês) e filosofia (ocidental) nas universidades. Havia verbas específicas para a criação de departamentos voltados para o “pensamento japonês” – principalmente pensadores anteriores ao período Meiji – que permaneceriam independentes dos departamentos de filosofia, estes dedicados ao estudo de autores ocidentais (KARUBE, 2017). A designação desses departamentos no começo adotava nomes diferentes (pensamento japonês, ética japonesa, pensamento oriental), mas o termo que acabou se consolidando em torno dessas iniciativas foi “história do pensamento japonês” (*nihon shisōshi*, 日本思想史), que é ainda hoje uma disciplina acadêmica própria, com seus departamentos universitários, suas associações, seus periódicos, etc. (KLAUTAU, 2017).

É inegável, portanto, que a própria noção de “pensamento japonês” tem, em sua origem, forte vínculo com uma visão altamente essencialista do Japão. Isso acaba levantando dúvidas sobre até que ponto é possível realizar estudos sobre pensamento japonês sem cair no essencialismo (e.g. SAKAI, 1997). Na realidade, mesmo especialistas contemporâneos reconhecem que a disciplina de pensamento japonês é hoje vista por muitos com grande desconfiança, e que ela chega mesmo a ocupar uma posição marginal no meio acadêmico (KARUBE, 2017; MAEDA, 2013).

Por outro lado, parece precipitado simplesmente descartar qualquer forma de estudo sobre pensamento japonês, pois há sinais de que a noção de “pensamento” – *shisō* – pode ser utilizada de maneiras mais produtivas. Karube (2017) destaca, por exemplo, que mesmo na virada do século XIX para o século XX, quando o governo incentivou a criação de departamentos universitários específicos como uma forma de enfatizar o caráter único dos japoneses, havia intelectuais responsáveis por alguns desses departamentos que assumiam uma atitude mais crítica, conduzindo suas pesquisas de maneira independente e construindo assim uma tradição de pesquisa mais aberta.

Além disso, antes de descartar a expressão “pensamento”, vale a pena considerar também como ela é utilizada no Japão fora do âmbito mais restrito da disciplina de história do pensamento japonês, pois isso traz novas dimensões à nossa compreensão. A disciplina de história do pensamento japonês não costuma, por exemplo, enfatizar com tanta frequência o pensamento de autores contemporâneos¹. Mas no debate intelectual do Japão atual os discursos de pensadores recentes também são muitas vezes reunidos sob a rubrica de *shisō*. Há periódicos importantes nesse sentido (e.g. *Shisō* ou *Gendai Shisō* – pensamento contemporâneo) e um considerável conjunto de livros, inclusive em línguas ocidentais (e.g. IWASAKI; UENO; NARITA, 2006; CALICHMAN, 2005).

Na realidade, o uso mais geral da expressão *shisō* nesse caso nem sempre é muito claro. É por vezes difícil identificar os critérios para tratar um autor ou uma obra como fazendo parte da categoria *shisō*, uma vez que o termo acaba incluindo trabalhos de historiadores, filósofos, sociólogos, críticos literários, cientistas políticos, psicólogos, antropólogos, economistas, etc.². Além disso, enquanto alguns discutem questões extremamente abrangentes como a história do Japão ou mesmo a história da humanidade, outros se dedicam a interpretar eventos particulares ou polêmicas do momento. Mas apesar dessas imprecisões – ou justamente por causa delas – a ideia de *shisō* acaba tendo um alcance bastante grande, o que lhe permite desempenhar um papel importante na formação dos mais variados debates intelectuais no Japão que vai além dos limites da disciplina de história do pensamento japonês.

Seja como disciplina acadêmica ou como termo de uso mais geral, o conceito de *shisō* é extremamente problemático. Mas ele está, ao mesmo tempo, ligado a questões fundamentais para compreender diversos aspectos na formação da sociedade japonesa. Daí o interesse do Grupo de Estudos sobre Pensamento Japonês sobre a questão. Ele não tem a pretensão de resolver questões espinhosas como a relação entre “pensamento” e “filosofia”, ou qual o critério para classificar certos autores contemporâneos como parte da categoria de *shisō*. O objetivo principal é aprender com os discursos em torno dessa noção de “pensamento”, refletindo e questionando sobre o que eles podem revelar sobre

¹ Mas não se deve exagerar esse ponto. Há, por exemplo, manuais da disciplina que incluem pensadores contemporâneos (e.g. SATO, 2005).

² Evidentemente, é também muito difícil definir a identidade acadêmica de vários pensadores mais antigos que a disciplina de “história do pensamento japonês” tende a analisar com mais frequência. Mas nesse caso essa dificuldade se explica em parte pelo fato de que muitos desses pensadores viveram antes da consolidação do sistema universitário moderno; antes, portanto, da formação de disciplinas como história, sociologia, antropologia, etc. da forma como elas se apresentam atualmente.

a literatura, as instituições, as artes, as práticas e os conflitos que permeiam o Japão. Ao mesmo tempo, o grupo tem consciência dos riscos presentes em certas tendências essencialistas nos estudos sobre pensamento japonês, procurando por isso manter um olhar crítico sobre os contextos e as implicações dos debates analisados.

Os textos deste dossiê trazem necessariamente uma abordagem apenas parcial desses problemas, mas refletem uma preocupação comum a respeito de alguns aspectos fundamentais já mencionados acima: o questionamento de discursos sobre o caráter supostamente único do pensamento japonês e a atenção para a intensificação das trocas intelectuais entre o Japão e os países ocidentais a partir do século XIX.

O artigo de Gabriel de Oliveira Fernandes e Neide Hissae Nagae analisa um tema essencial para a compreensão dessas questões, que é a linguagem tradutória do período Meiji. Como vimos, os debates a respeito de um pensamento propriamente japonês se intensifica a partir dessa época em parte como resposta ao crescimento da influência do pensamento ocidental. No entanto, o contato dos intelectuais japoneses com os autores ocidentais se dava por intermédio de traduções, que longe de simplesmente reproduzir mecanicamente o conteúdo dos livros ocidentais, desempenhavam também um papel criativo, muitas vezes forjando novos conceitos e sentidos. Além disso, o artigo destaca que a linguagem tradutória do período Meiji não surge do nada. Ela está intimamente ligada às traduções de obras chinesas, que desde épocas anteriores tinham enorme influência no cenário intelectual japonês. A questão da tradução no período Meiji revela, portanto, uma densa rede de relações por trás da formação dos debates sobre pensamento japonês.

João Marcelo Monzani propõe em sua contribuição uma leitura de três romances de Natsume Sōseki (1867-1916) a partir de um diálogo com o pensamento de Søren Kierkegaard. Sōseki é não apenas um dos autores centrais da literatura japonesa, mas talvez a figura literária mais importante para a compreensão das transformações do Japão no período Meiji, sendo por isso estudado não só na área de estudos literários, mas também por sociólogos, psicólogos e cientistas políticos. A partir da filosofia dos estádios de Kierkegaard, o texto argumenta que, em vez de três obras isoladas, esses romances de Sōseki podem ser interpretados como parte de um percurso maior e mais ambicioso na busca por um “tornar-se si mesmo”, uma busca que evidentemente tem grande repercussão para a compreensão do pensamento japonês. Importante notar ainda que o texto enfatiza que a questão não é defender que teria havido uma influência kierkegaardiana em Sōseki. O pressuposto do artigo é justamente o de que independentemente de influências diretas, a literatura japonesa não está isolada, de modo que sua leitura pode se beneficiar do contato com a filosofia ocidental.

O trabalho de Diogo César Porto da Silva analisa a poesia moderna japonesa, na passagem do século XIX para o século XX. A partir do período Meiji, intensificou-se não apenas com o contato com filósofos, mas também com poetas ocidentais. Uma das características da poesia ocidental que recebeu grande atenção foi a sua musicalidade. Esse efeito era obtido através de recursos como o metro, a estrofe e a rima, que eram bastante diferentes dos padrões poéticos japoneses até então. Esse contato incentivou poetas no Japão a pensar sobre como adaptar a musicalidade dos poemas ocidentais, primeiro através de traduções e em seguida através de composições originais. Formou-se a partir disso uma

profunda reflexão que passou a articular o pensamento japonês com a expressão poética, com a possibilidade e os limites da tradução e com a questão da identidade cultural.

O texto de Ernani Oda discute as ideias de um pensador contemporâneo, Nagao Nishikawa (1934-2013), que, no entanto, analisa o processo de formação do estado-nação no Japão a partir do período Meiji. As ideias de Nishikawa têm exercido enorme influência no pensamento japonês das últimas décadas, atacando diversas imagens tradicionais sobre a cultura japonesa e a formação do estado-nação a partir da era Meiji. Sua obra oferece uma das mais duras críticas ao essencialismo cultural, além de enfatizar a necessidade de pensar o Japão como parte de um sistema mais amplo, em que a realidade japonesa só pode ser adequadamente compreendida a partir de suas relações com o resto do mundo de maneira geral, e com os países ocidentais em particular.

Julio Nascimento faz uma leitura de um pensador budista do período Meiji, Ōuchi Seiran (1845-1918). O artigo descreve a tentativa de Seiran de delinear o que ele vê como uma forma de budismo essencialmente japonesa, que estaria associada às atividades de pessoas leigas, em oposição ao budismo especializado dos monges. Essa defesa de um budismo com cores nacionais se inseria numa tentativa de modernizar o budismo num contexto de profundas transformações sociais e de receios com relação à influência estrangeira. Além disso, a posição de Seiran também apresentava tendências que poderiam ser interpretadas como legitimando não apenas a promoção da identidade nacional, mas também o governo imperial e o expansionismo colonial japonês da época.

Finalmente, o artigo de Antonio Genivaldo Cordeiro de Oliveira analisa, a partir de fontes primárias do governo japonês, do Vaticano e do Itamaraty, o modo pelo qual a política externa japonesa se apropriou, na primeira metade do século XX, do discurso católico de “guerra justa” para legitimar seu expansionismo. O texto detalha as surpreendentes estratégias discursivas adotadas para conciliar o imperialismo japonês com a doutrina católica, bem como o progressivo alinhamento ideológico entre o governo japonês e o Vaticano em torno do objetivo comum de combate ao comunismo. O trabalho mostra ainda como esse discurso chegou também ao Brasil, onde sua recepção foi objeto de várias controvérsias. Assim, o artigo ilustra de maneira contundente a complexidade das relações em que se insere a questão do pensamento japonês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEFU, H. **Hegemony of homogeneity: an anthropological analysis of nihonjinron**. Melbourne: Trans Pacific Press, 2001.

CALICHMAN, R. F. (Org.). **Contemporary Japanese thought**. New York: Columbia University Press, 2005.

FUJITA, M. **Nihon tetsugakushi [História da filosofia japonesa]**. Kyoto: Showado, 2018.

IWASAKI, M.; UENO, C.; NARITA, R. (Org.). **Sengo shisō no meicho 50 [50 Obras famosas do pensamento pós-guerra]**. Tokyo: Heibonsha, 2006.

KANO, M. **Kindai Nihon shisō annai** [Apresentação do pensamento japonês moderno]. Tokyo: Iwanami, 1999.

KARUBE, T. **Nihon shisō e no michi annai** [Guia para o pensamento japonês]. Tokyo: NTT, 2017.

KLAUTAU, O. Pensamento japonês: uma ideia em (re)construção. In: FERREIRA, C. J. (Org.). **Anais do XI congresso de estudos japoneses no Brasil/XXIV encontro nacional de professores universitários de língua, literatura e cultura japonesa**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2017. p. 311-322.

KUROZUMI, M. Nihon shisō to wa nani ka [O que é o pensamento japonês]. In: KARUBE, T.; KUROZUMI, M.; SATO, H.; SUEKI, F. (Org.). **Iwanami kōza Nihon no shisō [Curso Iwanami – Pensamento japonês] vol. 1**. Tokyo: Iwanami, 2013. p. 3-30.

MAEDA, T. Gakumon to shite no Nihon shisōshi. In: In: KARUBE, T.; KUROZUMI, M.; SATO, H.; SUEKI, F. (Org.). **Iwanami kōza Nihon no shisō [Curso Iwanami – Pensamento japonês] vol. 1**. Tokyo: Iwanami, 2013. p. 59-88.

SAKAI, N. **Translation and subjectivity**: on “Japan” and cultural nationalism. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

SATO, H. (Org.). **Gaisetsu Nihon shisōshi [Visão geral – pensamento japonês]**. Kyoto: Minerva Shobo, 2005.

YOSHINO, K. **Cultural nationalism in contemporary Japan**: a sociological enquiry. Abingdon: Routledge, 1992.